



1.17 • Conjuntura internacional

2015: tempo de rever Timor-Leste

Filipe Alfiante

EM 2015 COMEMORA-SE OS 500 ANOS da chegada dos Portugueses a Timor. É o momento certo para debater publicamente a reforma da estratégia e da actuação da Cooperação Portuguesa (CP) em Timor-Leste, que, com raras excepções, se encontra em acelerada obsolescência. A CP resiste a actualizar-se e, sem saber o que não sabe, navega assim à deriva, incapaz, por isso, de capitalizar o que de bom foi feito e de corrigir os seus erros de trajectória. O documento estratégico da CP para Timor-Leste (o Plano Indicativo de Cooperação 2007-2010) caducou em 2010, como caducou, no essencial, a versão do país em que se baseou.

Um contexto novo instalou-se em apenas cinco anos, mudando actores, prioridades e, até, amizades, assente numa plataforma de entendimentos de vária ordem e num muito maior peso de líderes profundamente locais, mas aptos a arrebatar os 75% da população timorense que vive nas zonas rurais. Um contexto novo que é forçoso que Portugal conheça. Timor-Leste procura, agora, parcerias para implementar o seu Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que ambiciona torná-lo num país de médios rendimentos já em 2030. Não procura nem “paternalismos” nem “assistencialismos”. Foi essa a base do acordo com o seu maior doador, a Austrália. O paradigma da CP deve ser renovado à luz do Timor-Leste de carne e osso, que entretanto surgiu, e de um Portugal acossado por uma crise profunda. O PND tem de ser parte central desse debate.

Para tanto, Portugal tem de se actualizar e arrumar a casa. Depende disso uma relação mais sustentável entre os dois países, que também assente numa maior reciprocidade e capacidade de resposta por parte de Timor-Leste – uma consequência da paridade exigida pelos timorenses mas que nem sempre é lembrada.

Da relação Portugal-Timor, notas do terreno

As declarações conjuntas de “amizade histórica entre os dois países irmãos” já não camuflam o esmorecimento bilateral. Nem a língua portuguesa nem a tão evocada diplomacia económica conseguem combater a visível diluição da influência portuguesa. Portugal tem-se tornado um parceiro cada vez mais histórico, cada vez menos estratégico. E mesmo o papel “de parceiro histórico” está cada vez mais aguado, realce-se. O determinante apoio do Estado português na vitória da luta pela autodeterminação *maubere* e o seu papel no arranque e construção do Estado timorense são, infelizmente, pouco contados, e, ainda menos sabidos, pelos timorenses – especialmente os jovens (ver “E tudo o vento levou: o impacto da avalanche demográfica”). Até o extraordinário levantamento popular do povo português no ano de 2000 é

praticamente desconhecido. A culpa é, acima de tudo, de Portugal mas também do notório afunilamento, pelo Governo e instituições timorenses, das celebrações da Resistência no enaltecimento da frente “armada” e dos seus heróis, em algum detrimento das outras frentes, como a diplomática, onde a contribuição portuguesa se situa. Um desconhecimento prejudicial a Portugal e que a CP não pode ignorar.

Por Portugal, (e contrariamente ao que ainda se pensa por algum “Timor”) a crise nacional e o tempo arredaram Timor-Leste do radar colectivo onde no ano de 2000 esteve tão intensamente, por razões, é certo, de solidariedade e generosidade mas também de algum ensimesmamento “ontológico”, como explica Eduardo Lourenço: “(...) não estando [Portugal] já em África, nem na Europa onde nunca seremos o que sonhámos, emigrámos todos, colectivamente, para Timor. É lá que brilha, segundo a nova ideologia nacional, veiculada noite e dia pela nossa televisão, o último raio do império que durante séculos nos deu a ilusão de estarmos no centro do mundo. E, se calhar é verdade”.¹

Passada uma década, os portugueses (políticos, jornalistas, cidadãos) regressaram há muito a casa dessa “emigração colectiva” de que fala Eduardo Lourenço, com as histórias do que lá viveram – e que são recontadas incansavelmente pelos *media* nacionais sempre que “Timor” é notícia. Fica-se assim refém dessas histórias que continuam a dar à opinião pública portuguesa “a ilusão de estarmos no centro do mundo” e no centro de

Timor, ao arrepio da realidade: Portugal é agora (mais do que sempre foi) apenas um entre os vários parceiros na estratégia de Timor-Leste. Esta cristalização no passado empata qualquer tentativa de pensar e rever o dossiê “Timor”. Até porque o tornou um tema fastidioso para as gerações mais novas, que o julgam encerrado, quando, na realidade, existe amplo espaço para serem os protagonistas de novas “histórias” entre os dois países. O paralelismo com o sentimento da juventude timorense quanto ao seu passado é significativo. Por isso mesmo, as expectativas não são boas para as comemorações dos “500 anos”: o bocejo prevê-se generalizado e bilateral, pese o relativo entusiasmo da minoria dos “suspeitos do costume”. E é pena, pois vivem-se tempos interessantes, com o acirrar substantivo do conflito entre Timor-Leste e a Austrália, a posição fortíssima da Indonésia e da China na economia timorense, e a dependência feroz de importações e do fundo petrolífero perante a finitude dos recursos naturais existentes.

Ao mesmo tempo, a avalanche demográfica traz consigo “oportunidade desafiantes” para Portugal em matéria de construção da identidade e unidade timorense que, como indica José Mattoso², tem de ser mais do que a experiência da luta contra a opressão indonésia. Acresce que Timor-Leste (onde está quase tudo por construir e onde existem os fundos e, aparentemente, a vontade para o fazer) e Portugal (actualmente com muita mão-de-obra qualificada desempregada) podem não estar condenados a entenderem-se, mas certamente terão muito que conversar. Porém, para

E TUDO O VENTO LEVOU: O IMPACTO DA AVALANCHE DEMOGRÁFICA

O Census de 2010 é esclarecedor: 60% da população timorense tem menos de trinta anos. Uma argamassa humana capaz de implodir o país caso não tenha acesso a oportunidades profissionais. É insuficiente pensar Timor-Leste, e o rumo a dar à CP, sem enxergar de perto, fora dos gabinetes de Díli, esta avalanche demográfica.

Cresceram longe de Portugal, que não importa no seu quotidiano, mais atentos que estão às culturas de proximidade, principalmente a Indonésia, onde milhares estudam ou trabalham. Muitos aprenderam um português titubeante, outros tantos nem isso, poucos são fluentes. Não é Camões mas Cristiano, com alguma Igreja, que ainda os enlaça a Portugal. Porém, muitas vezes sem o saberem, muita da música que cantam e dançam é de base portuguesa.

São decisivos no processo de reconstrução nacional. Olham para o que está e para quem está, com o dinheiro do Fundo Petrolífero a construir miragens mas também novas vidas. Bem ou mal, querem falar do que aí vem, de um lugar à mesa. E foi disso mesmo que Xanana Gusmão falou nas eleições de 2012, que o reconduziram e também elegeram o seu candidato presidencial, o general Taur Matan Ruak.

A FRETILIN ficou presa à narrativa do partido histórico revolucionário e perdeu, mais uma vez. Como o PSD, onde também se fala português fluentemente, e que perdeu inclusivamente a representação parlamentar. A sucessão de Ramos-Horta, regressado à esfera internacional, por uma figura da geração seguinte confirmou, também, a transferência de poder e os novos quadros de influência, que varreram muito do país de 2002. Durante 2014 prevê-se que esse processo ganhe ainda maior expressão com a anunciada renúncia de Xanana Gusmão.

Portugal deve focar a CP nas camadas jovens, consolidando para além da Língua Portuguesa, a Cultura Portuguesa, via a música e o desporto – duas paixões nacionais – e apostando na formação profissional e na ciência. Portugal está entre gerações: se não avança, define.

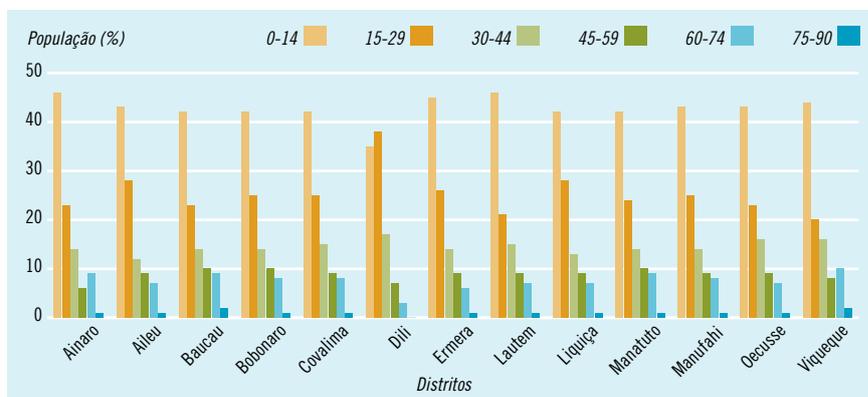
converter essa oportunidade em algo palpável (o que ainda está por fazer), Portugal deve actualizar e objectivar o paradigma em que assenta a sua relação com Timor-Leste, alterando, em consequência, a sua política de cooperação.

Arrumar a casa: entender e enquadrar a ajuda externa portuguesa a Timor-Leste

Timor-Leste tem sido um dos principais beneficiários da ajuda para o desenvolvimento (APD). Entre 1999 e 2010, Portugal contribuiu com 497,5 milhões de euros para “reduzir a pobreza, melhorar condições de vida bem como aprofundar a identidade do povo timorense, nomeadamente através da língua e da cultura”.³ Porém, é uma ajuda dissipada por várias matérias e organizações, atribuída de forma descentralizada, a títulos diversos e com uma lógica, por vezes, quase insondável. Auditorias e avaliações de impacto social (e outros) dos programas da CP não se encontram acessíveis *online* nem, na maior parte dos casos, parecem existir. A falta de informação dificulta a avaliação interna da CP, para prejuízo do seu desenvolvimento e capacitação, bem como impede o Estado receptor de ter uma visão clara sobre a dimensão e o impacto do contributo português.

“ [Timor-Leste é] um país hábil e pragmático na defesa do seu interesse nacional no xadrez internacional [...] ”

Veja-se que, no chamado “portal de transparência” do Ministério das Finanças timorense, a maior despesa de Portugal, em 2012, foi a participação na UNMIT (onze milhões de dólares), que entretanto terminou. Segue-se o emblemático programa da “Escola Portuguesa” (seis milhões de dólares), o “Projecto de Formação Inicial e Contínua de Professores” (dois milhões de dólares). O projecto de Luta Contra a Pobreza (quatro distritos) e o apoio ao sector judiciário cifraram-se em menos de um milhão de dólares cada. Para Timor-Leste, os demais países doadores e agências internacionais somente estes programas são apoiados pelo Estado português. Porém, a realidade é outra. Portugal financia aquele que parece ser o maior programa de assistência social em Timor-Leste apoiado por um país doador. Estimativas não oficiais asseguram que Portugal pagou, em 2012, entre dez a onze milhões de dólares em pensões a antigos funcionários do “tempo português” (o que inclui pensões de sobrevivência), o dobro do investido na “Escola Portuguesa”. O impacto económico deste contributo é profundo num país onde 50% da população vive abaixo do limiar da pobreza e o salário mínimo é 115 dólares. Contudo, passa despercebido quer na opinião pública e entre muitos dos líderes dos dois países, quer nos corredores do Palácio do Governo em Díli, quer entre os restantes países doadores. Vangloriar é errado mas esta desinformação é negligente.



População rural por idade e distrito. Fonte: Census 2010, Direcção Nacional de Estatística.

A ajuda externa portuguesa – incluindo os mecanismos da cooperação e outros que contribuem para o desenvolvimento e bem-estar do povo timorense – deve ser organizada num modelo coerente que sirva objectivos alcançáveis, concretos e verificáveis. Isso só se faz com um debate extenso e inclusivo, pois esta é uma matéria pouco estudada, com poucos dados. Um debate técnico fundamental – sobre auditorias, modelos de relatórios (internos ou externos) de avaliação e monitorização a serem utilizados – para que a APD e a CP evoluam, tornando-se mais transparentes e demonstrando resultados face aos dinheiros públicos utilizados, com base em indicadores de sucesso específicos e quantificáveis.

Notas para o debate sobre um novo paradigma de cooperação entre Portugal e Timor-Leste

Os últimos 10 anos ficaram aquém do sonhado, mas também do temido. Timor não é a imagem da Díli poeirenta e briguenta que fica dos noticiários portugueses. É um país de uma beleza natural assombrosa num estado original. E, em 2013, mesmo entre o entulho pedregoso da pobreza (mais de 50% vive com menos de 0,88 dólares por dia), das reformas adiadas ou mal conseguidas, do aumento inegável da corrupção, dos erros e das frustrações, Timor-Leste nem é a ilha Utopia de Thomas Moore, nem o Inferno de Dante – é somente um jovem país.

Na preparação do próximo ciclo de cooperação reflecta-se sobre um país liderado por um poder político em processo de reformatação e descentralização, onde pontuam cada vez menos figuras de referência (e de proximidade) para Portugal. Onde uma elite económica irrompe encostada à Indonésia e à China. Xanana Gusmão anunciou, no final de 2013, e já para meados de 2014, a sua demissão como primeiro-ministro. Fala-se da criação de um “conselho de anciãos” liderado por si que manteria algum controlo sobre pastas-chave para a execução do PND, supervisionando a acção governativa entretanto “passada” à geração mais nova. São meras especulações, quando se escreve este artigo, mas revelam uma tendência de renovação muito significativa que Portugal precisa de acompanhar.

Compreenda-se também um país hábil e pragmático na defesa do seu interesse nacional no xadrez

internacional, muito marcado pelas imposições e dependências externas. Quer dos seus vizinhos – os gigantes Austrália e Indonésia – e dos respectivos pólos de poder regionais (Pacífico Sul e Sudoeste Asiático), quer de outros actores: as agências e doadores internacionais, Portugal, a China, entre outros.

Este Timor-Leste já não aceita APD indiscriminadamente e repudia imposições de terceiros sobre como comandar os seus destinos. Lidera o Grupo “G7+” que reúne dezassete dos países mais frágeis do mundo – que juntos exigem dos doadores internacionais assistência que sirva as suas opções estratégicas de desenvolvimento, não as dos doadores.

É evidente que o Governo timorense não quer celebrar outro Plano Indicativo de Cooperação com Portugal. Quer antes que Portugal – como a Austrália o fez em 2011, quando prometeu 127 milhões de dólares de APD – celebre um acordo de parceria com Timor-Leste onde se indique que projectos se propõe implementar nas áreas estratégicas do PND (capital social, infra-estruturas, entre outros) numa lógica de relação entre pares. Abrir-se-ia assim a porta para a discussão sobre a co-responsabilização financeira do Estado Timorense nesses projectos – um aspecto crucial dadas as limitações orçamentais portuguesas.

Será então, porventura, também essa a altura para abordar um ponto central na relação entre quaisquer Estados que se considerem pares: a paridade exige uma maior reciprocidade no tratamento dado aos nacionais de cada Estado. A paridade e a reciprocidade, que inclui capacidade de resposta, deverão fundear um novo ciclo de cooperação de Portugal com Timor-Leste, depois de um debate público capaz de gerar uma nova compreensão sobre o Timor-Leste actual e o papel de Portugal no seu desenvolvimento. ■

Notas

¹ Prefácio à edição de 2000 de LOURENÇO, Eduardo — *O labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: Graíva, 2000.

² MATTOSO, José — *Arquivo, Memória e Identidade em Timor-Leste*. In “Ita Maun Alin... O livro do irmão mais novo: afinidades antropológicas em torno de Timor-Leste”. Kelly Silva, Lúcio Sousa. Edições Colibri, A Ieltsar se vai ao longe. IELT da FCSH-UNL, 2012.

³ *Portuguese Development Cooperation (2005-2010)*, pag. 139 (tradução nossa).